

CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO*
Ministro do Superior Tribunal de Justiça

A Nação tem consciência da necessidade de mudança política de natureza estrutural. Em certo sentido, parecem esgotados os estoques das alterações conjunturais. Estas, sobre desatenderem aspirações nacionais conscientizadas, geraram frustrações perigosas. Houve, é claro, o predomínio da liderança forte e austera do Presidente Ernesto Geisel que manteve os seus propósitos de dotar o país de um novο começo democrático. No Estado democrático, a vida política baseia-se no livre contraditório das idéias, respaldado por legislação própria que assegure liberdade para a circulação de opiniões.

O movimento de 1964 teve alguns pressupostos bem nítidos e que foram analisados e cristalizados na Escola Superior de Guerra, até sua eclosão, na chamada doutrina de segurança nacional. Constituía um ideário aceito, em geral, pela classe média, e as lideranças mais ativas, e que poderia ser assim sumarizado:

1º) a existência de um mundo bipolarizado, em que estávamos, por tradição e geografia, na parte ocidental;

2º) os valores da civilização cristã precisavam ser preservados, a qualquer preço - entendidos tais valores como sendo o respeito à pessoa humana, a forma democrática de governo, as liberdades fundamentais, etc.;

3º) O problema brasileiro era basicamente um problema de "lei e ordem", e que uma liderança política patriótica e firme bastaria para colocar o país nas trilhas do progresso;

4º) mais importante que "as reformas de base" (então extremamente popularizadas) impunha-se a luta contra a subversão e a

corrupção, e, por acréscimo, como causa e efeito de ambas, a luta contra a inflação.

Forçados pela extrema desagregação do poder nacional as Forças Armadas assumiram o comando político e passaram a exercer o Governo para o qual levavam o instrumental crítico recolhido na Escola Superior de Guerra, e algumas outras crenças então dominantes no mundo - a principal delas, sem dúvida, o mito do desenvolvimento econômico.

O primeiro compasso do movimento de 1964, representado pelo Governo do Presidente Castelo Branco, que enfrentou os terríveis problemas que Roberto Campos chamou "os impasses criados pela engenharia do caos" caracterizando-se pela adoção de medidas econômicas impopulares, ao mesmo tempo em que mantinha valores democráticos tradicionais: liberdade de imprensa, convivência com os políticos, ausência de censura, etc. Mas, caracterizava-se também pela violência das cassações de mandatos parlamentares e pela suspensão de direitos políticos. Foi nesse período que processou-se a chamada "revolução fria dos tecnocratas", com certas reformas estruturais, visando ao objetivo definido de atualizar a estrutura político-jurídico-administrativa do país, dentre os quais cumpre recordar:

a) a reforma tributária, que rompeu os impasses à circulação dos bens (o que imobilizava o país), extinguindo-se o imposto do selo, as taxas e sobretaxas que infernizavam a vida dos contribuintes, os orçamentos paralelos, etc.

b) a nova distribuição de tributos que deveria irrigar a periferia, destinando aos municípios parcela substancial de receitas;

c) a atualização de cobrança do imposto de renda — criando a mentalidade de que deve ser pago (e não fraudado);

- d) a nova disciplina do ICM e do IPI;
- e) a criação do FGTS;
- f) a reforma agrária (infelizmente mal estruturada e pior aplicada);
- h) e - dentro do espírito jurídico-formal que era uma das crenças da classe média - preparou-se uma nova Constituição, para repor o país (possivelmente com antecipação) nas trilhas da normalidade política.

Foi nesse período, também, que se erigiu a crença no poder ilimitado do gabinete e do tecnocrata, dando início a uma crescente marginalização das lideranças políticas no núcleo central de decisões do governo.

O desabrochar do movimento de março de 1964 foi, assim, auspiciado por um, ideário modernizador, que contou com o apoio e a admiração da "maioria silenciosa", ainda que com pesadas perdas para a vigência da democracia.

Em 1968, o mundo começou a mudar. Era a "revolta dos moços", no mundo inteiro, que se refletia no Brasil, na era das passeatas, renunciando o início do fim da "civilização do consumo"; a guerra do Vietnam destinada a provocar a grande convulsão política e social dos Estados Unidos; a crise China x Rússia, e o início do fim da guerra fria, e da supremacia militar americana; era também o fim do terror do holocausto atômico, a cada dia mais inviável pelo equilíbrio de poder; era, enfim, a década das maiores transformações da história do homem: a ocorrência da explosão populacional, e o conseqüente declínio do culto do "bom chefe de família"; a pílula e a revolução da mulher; a revolução sexual e o permissivismo; a era das comunicações que nos transformava em habitantes da mesma "aldeia global"; a chegada do homem à lua - e o

vácuo que se seguiu à grande decepção da nenhuma significação do máximo "fato tecnológico" - e a revivescência do drama fáustico do homem em véspera de criar monstros; a crise religiosa, com o abandono das velhas estruturas católicas os hippies e a adoração da juventude - produto de uma civilização cujos velhos se viam de mãos vazias, e incapazes de dominar os demônios que haviam soltado, e que, desarvorados, sentindo a nenhuma valia para resolver situações de todo novas, voltavam-se, como última instância, para o instinto do jovem que - quem sabe? - poderia ser a saída onde nada enxergavam. Era, enfim, o tempo do desafio que ventava em todo o mundo, a fascinação da contestação que a todos arrastava com medo de perder a equação do tempo.

Diante deste quadro, que refletia indiscutivelmente comportamentos sociais de angústia, o nosso país seguiu o "processo revolucionário", iniciado em 64, com a mitificação do "sistema de poder", representado pelo governo rotativo, que alternava elites de comando provindos da mesma fonte. Substituindo-se a eleição pela cooptação.

Nessa ordem de pensamento, é preciso entender a posição das Forças Armadas.

Elas sempre representaram no país, um papel de poder moderador, de base estabilizadora de um país institucionalmente frágil. Era um "seguro" em que repousava toda a classe média, de que quaisquer que fossem as agitações de superfície, o país iria para a frente por força desse giroscópio que dava equilíbrio ao barco e assegurava seu rumo. Por origem e formação sempre foram populares. Nessa linha, há de compreender-se como é importante preservar a independência e a unidade das Forças Armadas para que a posição de árbitro ou moderador seja mantida.

Esse panorama nacional de transição precisa encontrar lideranças políticas atentas ao entendimento do processo que se vai

instaurar. Guardado o devido respeito à elaboração jurídico-formal em curso - e que é indispensável para o nosso futuro - é necessário que essas lideranças compreendam a urgência de um agir social modernizador, tendo em vista as necessidades nacionais, ainda dominadas por carências sociais profundas.

Observe-se que, em todo o mundo, ascende, ao primeiro plano, o problema social. Esperava-se que o desenvolvimento levasse à justiça social, e verifica-se, no dia a dia, que tal não ocorrerá, sem medidas básicas, estruturais. Sem exagero, o Brasil ainda enfrenta o drama da miséria, com o desamparo dos pobres. É certo que muito já foi feito. Mas, sob tantos e majoritários aspectos, a imagem de um "país de ricos" é a que deflui das alternativas que são estudadas para a manutenção do nosso desenvolvimento. Assim, para o desprotegido - hoje mais informado do que nunca, por força dos veículos de comunicação, são lentas as soluções oferecidas. Os moços - beneficiários de um novo Brasil, mas que não tem o referencial do passado - não podem participar politicamente porque os acessos estão obstruídos, salvo nos limites de uma contribuição tecnocrática secundária. O mesmo ocorre com a inteligência brasileira. Para as poucas instituições vivas - a Igreja, as universidades, alguns órgãos cooperativos - o natural é combater por melhorias crescentes, e, pois, contestar. E para a grande massa, o fato é a volta da inflação, caldo de cultura de todas as revoltas, insatisfações e frustrações.

Cumprir inverter o panorama. É a hora de procurar novos aliados, colocar-se ao lado do povo, distribuir sacrifícios e responsabilidades, criar motivações - e restaurar o sentido de obra, de comunidade de destino, sem o qual nenhum poder se legitima.

O que se há de esperar, nesta transição decisiva, é a compreensão de que se impõe um novo ideário, com uma nova retórica. Dar a partida para um esforço coletivo tendo por fim solucionar alguns

males ainda endêmicos, tanto de natureza econômica, como de natureza social. Traçar novas diretrizes reformadoras, das quais podemos destacar, porque nos parecem fundamentais, algumas:

1º) dar prioridade ao campo, levando a mentalidade empresarial para a agricultura, e estendendo com eficácia os direitos, garantias e assistência que tem o trabalhador urbano ao camponês. Nessa ordem de idéias, levar a infra-estrutura necessária à produção (sementes, assistência técnica, silagem, transportes, portos, eletricidade, preços mínimos, irrigação, prevenção de pragas, comercialização de safras, escolas, etc), fazendo com que a Nação se mobilize em favor do campo e do homem do campo - que é a nossa grande riqueza e o futuro do mundo -, como no passado foi mobilizada para a indústria;

2º) promover a reforma urbana, humanizando as cidades (transporte coletivo prioritário, áreas de lazer, equilíbrio ecológico, alimentação e educação para os trabalhadores) e acabando com a especulação imobiliária;

3º) promover a reforma fiscal, taxar a riqueza, os ganhos de capital, os dispêndios supérfluos e as classes mais ricas; dar incentivos só a investimentos de risco; taxar a herança;

4º) restabelecer a participação dos municípios no imposto de renda; propiciar a descentralização administrativa; dar recursos às Prefeituras (mesmo ao risco dos chafarizes, que é o preço da educação) e deixar que se forme a natural escola de políticos e administradores;

5º) incentivar investimentos que criem empregos úteis para a felicidade do homem, procurando soluções menos pomposas mas adequadas a um país com consciência de pobreza;

6º) orientar a formação do técnico de grau médio (estimular a terminalidade do 2º grau, com uma adequada profissionalização) - de

que cada vez mais se ressentem o país - e subsidiar a pesquisa para a formação de uma tecnologia e um "design" próprios - sem o que nunca seremos exportadores de manufaturados;

7º) alimentar convenientemente os processos de aprendizagem em todos os níveis para que seja obtida uma rápida e crescente melhoria de qualidade do ensino ministrado;

8º) promover a reforma da empresa, induzindo e facilitando sua formação, mas cobrando-lhe, em termos de responsabilidade social (seja nacional ou multinacional) o que recebem da comunidade em que vivem;

9º) dominar o esgotamento da nossa capacidade financeira e cambial (mudar a mentalidade de que dever muito é bom) , pelo rigoroso controle da "caixa nacional" (que deve ter uma só saída);

10º) estimular a prática da democracia, com a criação de novos partidos políticos e a realização de eleições diretas para os governos estaduais.

É nesse Norte que o Governo poderá reencontrar-se com a Nação, dizendo as verdades ao país. Impõe-se motivá-lo para uma nova cruzada - a grande aventura de construir uma pátria mais humana e feliz - dando exemplos de tolerância, mas com firmeza, de coragem prudente, de autoridade sem prepotência.